

No. 54613*

**Argentina
and
Brazil**

Memorandum of Understanding on consular and political cooperation for the communities of compatriots abroad between the Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil. Brasília, 7 February 2017

Entry into force: *7 February 2017 by signature, in accordance with article 8*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Argentina, 14 August 2017*

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Argentine
et
Brésil**

Mémorandum d'accord sur la coopération consulaire et politique pour les communautés de compatriotes à l'étranger entre la République argentine et la République fédérative du Brésil. Brasília, 7 février 2017

Entrée en vigueur : *7 février 2017 par signature, conformément à l'article 8*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies : *Argentine, 14 août 2017*

**Aucun numéro de volume n'a encore été attribué à ce dossier. Les textes disponibles qui sont reproduits ci-dessous sont les textes originaux de l'accord ou de l'action tels que soumis pour enregistrement. Par souci de clarté, leurs pages ont été numérotées. Les traductions qui accompagnent ces textes ne sont pas définitives et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO CONSULAR E
POLÍTICAS PARA COMUNIDADES EMIGRADAS ENTRE A REPÚBLICA
ARGENTINA E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

A República Argentina

e

A República Federativa do Brasil,
(doravante denominadas "as Partes").

Tendo presentes:

O Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação Consular, assinado em Brasília, em 10 de novembro de 1997.

O Mecanismo de Cooperação Consular entre os países do MERCOSUL, Bolívia e Chile, Dec. CMC 35/00.

Considerando:

A importância de se fortalecerem os laços de amizade e cooperação que unem os povos brasileiro e argentino;

O peso específico que possuem as respectivas comunidades emigradas e radicadas em diversos países;

A conveniência de se estenderem às respectivas comunidades emigradas políticas e serviços que promovam seu autodesenvolvimento e melhoria permanente das condições de vida e inserção social e laboral nos países de acolhimento:

O amplo potencial de aperfeiçoamento das políticas consulares, tanto em seu aspecto tradicional como na prestação de serviços consulares em sua mais ampla expressão, com vistas ao bem estar social, em matéria de saúde, entre outros, de nossas comunidades emigradas; e

A utilidade de compartilhar experiências e de prestar apoio recíproco em aspectos de interesse comum, otimizando os recursos disponíveis.

Acordam o que segue:

Artigo 1 Objetivos

O presente Memorando de Entendimento tem como objetivo o estabelecimento de mecanismos de cooperação e coordenação consular entre as Partes, visando ao bem-estar e fortalecimento de suas respectivas comunidades emigradas.

Artigo 2 Criação de Grupo de Trabalho Consular

Para atingirem o objetivo indicado no Artigo 1, as Partes decidem criar um Grupo de Trabalho Consular, a ser formado por integrantes das áreas consulares das respectivas Chancelarias, o qual será coordenado pelos Diretores de Assuntos Consulares de ambas as Partes.

(a) Cada Chancelaria enviará à outra por canais diplomáticos, até trinta dias após a assinatura deste Memorando, relação dos integrantes do grupo;

(b) Mudanças na composição dos respectivos integrantes serão igualmente comunicadas à outra Parte, tão logo ocorram;

(c) Poderão ser convidados para as reuniões do Grupo de Trabalho, após entendimentos entre as Partes, integrantes das respectivas redes consulares e representantes de quaisquer outros órgãos governamentais ou da sociedade civil que tenham atuação relevante em temas discutidos pelo Grupo;

(d) As deliberações do Grupo serão registradas em Atas.

Artigo 3

Escopo da Atuação do Grupo de Trabalho Consular

O Grupo de Trabalho será incumbido das ações elencadas a seguir:

(a) Fomento ao conhecimento recíproco:

- a1. Intercâmbio de informações sobre as respectivas redes consulares, incluindo distribuição geográfica e jurisdição das Repartições Consulares, esferas de atuação, sistemas informáticos de produção de documentos e procedimentos de rotina, programas de vinculação com as comunidades emigradas, entre outras;
- a2. Intercâmbio de informações sobre as respectivas diásporas, incluindo dados estatísticos ou estimativas, espraiamento geográfico e principais desafios e dificuldades;
- a3. Compartilhamento de experiências sobre os canais de comunicação mantidos entre os órgãos governamentais e suas diásporas, bem como sobre serviços consulares em sua mais ampla expressão, visando ao bem-estar e ao empoderamento daqueles grupos;

(b) Exame de convergências e possibilidades de atuação conjunta:

- b1. Identificação de ações de cooperação na esfera do serviço consular tradicional, visando ao estreitamento gradual da cooperação consular, a partir de ações consulares de caráter piloto a serem realizadas em localidades selecionadas segundo critérios a serem adotados pelo Grupo;
- b2. Identificação de ações de cooperação na esfera de políticas para as respectivas comunidades emigradas;
- b3. Identificação de ações coordenadas e/ou conjuntas em favor das comunidades brasileira e argentina em terceiros países;
- b4. Estabelecimento de ações de coordenação entre consulados brasileiros e argentinos localizados em cidades com presença de residentes de ambas as nacionalidades, com vistas ao aprendizado mútuo;
- b5. Identificação de projetos conjuntos de capacitação e formação de funcionários públicos;

(c) Instalação e implementação de experiências-piloto e, posteriormente, de programas de trabalho:

- c1. Implementação, a partir do trabalho preparatório delineado nos itens (a) e (b) acima, de projetos conjuntos em terceiros países ou nos territórios das Partes, podendo-se, neste último caso, envolver pares de consulados brasileiros e argentinos localizados em cidades em terceiros países com presença de residentes de ambas as nacionalidades;
- c2. Avaliação da possibilidade de prestar assistência consular em cidades onde uma das Partes careça de Representação Consular, ainda que tenha representação diplomática ou consular em outra cidade do mesmo país;
- c3. Estabelecer experiências-piloto de Consulados Conjuntos ou Unificados em cidades onde o justifiquem a própria dimensão das comunidades de emigrados, o volume das atividades consulares e diferentes atividades no âmbito econômico, comercial, social, cultural, turístico, etc.

Artigo 4

Custeio das ações e projetos

As Partes buscarão, mediante prévia avaliação das áreas consulares e das áreas competentes das Chancelarias, priorizar projetos que não necessitem de aportes orçamentários adicionais, utilizando os meios já disponíveis - redes consulares respectivas, lideranças comunitárias e parceiros já estabelecidos no exterior. Casos excepcionais que demandem aportes financeiros específicos serão avaliados, caso a caso, pelas áreas consulares e áreas competentes das respectivas Chancelarias.

Artigo 5

Órgãos responsáveis

A implementação do presente Memorando de Entendimento ficará a cargo do Ministério de Relações Exteriores do Brasil e do Ministério de Relações Exteriores e Culto da República Argentina, por meio das respectivas áreas consulares.

Artigo 6

Reuniões e canais de coordenação do Grupo de Trabalho

1. Os integrantes do Grupo de Trabalho se reunirão, presencialmente e/ou por vídeo/ audioconferência, com periodicidade semestral ou anual, segundo calendário a ser estabelecido por seus integrantes, com vistas a cumprirem os objetivos elencados no Artigo 3 acima.

2. As Partes estabelecerão mecanismos permanentes de comunicação direta entre as Áreas Consulares das respectivas Chancelarias, a fim de atender os casos que se apresentem no intervalo existente entre as reuniões do Grupo de Trabalho e que mereçam consideração e análise dos respectivos serviços consulares.

Artigo 7
Segurança da informação

O tratamento das informações geradas no âmbito deste Memorando obedecerá ao disposto na legislação doméstica aplicável de cada Parte.

Artigo 8
Vigência

1. O presente Memorando de Entendimento terá efeito a partir da data de sua assinatura.

2. O presente Memorando de Entendimento terá vigência indefinida e qualquer das Partes poderá a qualquer momento considerá-lo encerrado por meio de notificação escrita dirigida à outra Parte, por via diplomática, com seis meses de antecedência.

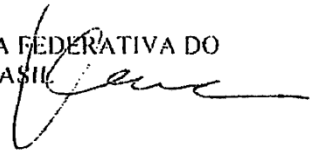
3. O encerramento antecipado do presente Memorando de Entendimento não afetará a conclusão das ações de cooperação que tenham sido formalizadas durante sua vigência.

Assinado em Brasília em 7 de fevereiro de 2017, em dois originais em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA
ARGENTINA



PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL



[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

**MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO
SOBRE
COOPERACIÓN CONSULAR Y POLÍTICAS PARA LAS COMUNIDADES
DE CONNACIONALES EN EL EXTERIOR
ENTRE
LA REPÚBLICA ARGENTINA
Y
LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL**

La República Argentina y la República Federativa del Brasil, en adelante denominadas "las Partes",

VISTO:

El Memorándum de Entendimiento entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Federativa del Brasil sobre Cooperación Consular, suscripto en Brasilia el 10 de noviembre de 1997.

El Mecanismo de Cooperación Consular entre los países del MERCOSUR, Bolivia y Chile, Dec. CMC 35/00.

CONSIDERANDO:

La importancia de que se fortalezcan los lazos de amistad y cooperación que unen a los pueblos argentino y brasileño;

La dimensión de las respectivas comunidades de connacionales radicadas en diversos países;

La conveniencia de que se brinden a las respectivas comunidades de connacionales en el exterior políticas y servicios que promuevan su autodesarrollo, su vinculación con las sociedades de origen y la mejora permanente de las condiciones de vida e inserción social y laboral en los países de acogida;

El amplio potencial de perfeccionamiento de las políticas consulares, tanto en su aspecto tradicional como en la prestación de servicios consulares en su más amplia expresión, con miras al bienestar social, en materia de salud, entre otros, de nuestros connacionales en el exterior.

La utilidad de compartir experiencias y de brindarse apoyo en aspectos de interés común, optimizando los recursos disponibles.

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO 1 – Objetivos

El presente Memorándum de Entendimiento tiene por objetivo el establecimiento de mecanismos de cooperación y coordinación consular entre

las Partes, con miras al bienestar y al fortalecimiento de sus respectivas comunidades de connacionales en el exterior.

ARTÍCULO 2 – Creación del Grupo de Trabajo Consular

Para lograr el objetivo indicado en el Artículo 1, las Partes deciden crear un Grupo de Trabajo Consular, que estará compuesto por integrantes de las áreas consulares de las respectivas Cancillerías, el cual será coordinado por los Directores Generales de Asuntos Consulares de ambas Partes.

- (a) Cada Cancillería enviará a la otra, por canales diplomáticos, hasta treinta días después de la firma de este Memorándum, la lista de los integrantes del Grupo de Trabajo Consular;
- (b) Los cambios en la composición de los respectivos integrantes serán igualmente comunicados a la otra Parte, ni bien ocurran.
- (c) Podrán ser invitados a las reuniones del Grupo de Trabajo, luego de entendimientos entre las Partes, integrantes de las respectivas redes consulares y representantes de cualesquiera otros organismos gubernamentales o de la sociedad civil que tengan una actuación relevante en temas discutidos por el Grupo;
- (d) Las deliberaciones del Grupo serán registradas en Actas.

ARTÍCULO 3 – Alcance de la Actuación del Grupo de Trabajo Consular

El Grupo de Trabajo estará a cargo de las acciones enumeradas a continuación:

- (a) Fomento del conocimiento recíproco:

a1. Intercambio de información sobre las respectivas redes consulares, incluyendo la distribución geográfica y las circunscripciones de cada Representación Consular, así como también el intercambio de buenas prácticas respecto de sistemas informáticos de producción de documentos, procedimientos de rutina, programas de vinculación con las comunidades de connacionales residentes en el exterior, entre otras;

a2. Intercambio de información sobre las respectivas comunidades de connacionales en el exterior, incluyendo datos estadísticos o estimaciones, dispersión geográfica y principales desafíos y dificultades;

a3. Intercambio de experiencias sobre los canales de comunicación establecidos entre los organismos gubernamentales y sus comunidades de connacionales en el exterior, así como los servicios consulares en su más amplia expresión, con miras al bienestar social, en materia de salud, entre otros, de nuestros connacionales en el exterior y al empoderamiento de estos grupos;

- (b) Examen de convergencias y posibilidades de actuación conjunta:

b1. Identificación de acciones de cooperación en el ámbito del servicio consular tradicional, con miras a la profundización gradual de la cooperación consular, a

partir de acciones consulares de carácter experimental que serán llevadas a cabo en lugares seleccionados de acuerdo con criterios que sean adoptados por el Grupo;

b2. Identificación de acciones de cooperación sobre políticas para las respectivas comunidades de connacionales en el exterior;

b3. Identificación de acciones coordinadas y/o conjuntas a favor de las comunidades argentina y brasileña en terceros Estados;

b.4. Establecimiento de acciones de coordinación entre Consulados argentinos y brasileños localizados en ciudades con presencia de residentes de ambas nacionalidades, con miras al aprendizaje mutuo;

b5. Identificación de proyectos conjuntos de capacitación y formación de funcionarios públicos;

(c) Instalación e implementación de experiencias piloto y, posteriormente, de programas de trabajo:

c1. Puesta en práctica, a partir de los trabajos preparatorios indicados en (a) y (b), de proyectos conjuntos en terceros países o en los territorios de las Partes, pudiendo, en este último caso, involucrar a pares de Consulados de la Argentina y del Brasil sites en ciudades de terceros países con presencia de residentes de ambas nacionalidades;

c2. Evaluación de la posibilidad de brindar asistencia consular en ciudades donde una de las Partes carezca de Representación Consular, aunque tuviera representación diplomática o consular en otra ciudad del mismo país;

c3. Establecer experiencias piloto de Consulados Conjuntos o Unificados en ciudades donde, por la propia dimensión de las comunidades de connacionales, por el volumen de las actuaciones consulares y por diversas actividades en el ámbito económico, comercial, social, cultural, turístico, etc, así lo justifique.

ARTÍCULO 4 – Financiación de las acciones y proyectos

Las Partes, previa evaluación de las áreas consulares y áreas competentes de las Cancillerías, buscarán priorizar los proyectos que no requieran contribuciones presupuestarias adicionales, utilizando los medios ya disponibles - sus respectivas redes consulares, liderazgos comunitarios y socios ya establecidos en un tercer país, entre otros - Casos excepcionales que requieran contribuciones financieras específicas serán evaluados caso por caso por las áreas consulares y áreas competentes, de las respectivas Cancillerías.

ARTÍCULO 5 – Órganos responsables

La implementación de este Memorándum de Entendimiento será responsabilidad del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República

Argentina y del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Federativa del Brasil, por medio de sus áreas consulares.

ARTÍCULO 6 – Reuniones y canales de coordinación del Grupo de Trabajo

Los miembros del Grupo de Trabajo se reunirán, presencialmente y/o por videoconferencia/audiokonferencia, con frecuencia semestral o anual, según el programa establecido por sus miembros, con el fin de cumplir con los objetivos enumerados en el Artículo 3 supra mencionado.

Las Partes establecerán mecanismos permanentes de comunicación directa entre las Áreas Consulares de las respectivas Cancillerías, a los efectos de atender los casos que se presenten en el intervalo existente entre las reuniones del Grupo de Trabajo y que merezcan consideración y análisis de los respectivos servicios consulares.

ARTÍCULO 7 – Seguridad de la Información

El tratamiento de las informaciones generadas en el ámbito de este Memorándum obedecerá a lo dispuesto en la legislación doméstica aplicable de cada Parte.

ARTÍCULO 8 – Vigencia

El presente Memorándum de Entendimiento tendrá efecto en la fecha de su firma.

El presente Memorándum de Entendimiento tendrá vigencia indefinida y cualquiera de las Partes podrá en cualquier momento darlo por terminado mediante notificación escrita dirigida a la otra Parte, a través de la vía diplomática, con seis meses de antelación.

La terminación anticipada del presente Memorándum de Entendimiento no afectará la conclusión de las acciones de cooperación que hubieran sido formalizadas durante su vigencia.

Firmado en Brasilia el 7 de febrero de 2017, en dos originales en español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

**POR LA REPÚBLICA
ARGENTINA**



**POR LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL**



[TRANSLATION – TRADUCTION]

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING ON CONSULAR COOPERATION AND
POLICIES REGARDING COMMUNITIES OF COMPATRIOTS ABROAD
BETWEEN THE ARGENTINE REPUBLIC AND THE FEDERATIVE REPUBLIC
OF BRAZIL

The Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil, hereinafter referred to as “the Parties”,

Having regard to:

The Memorandum of Understanding between the Government of the Argentine Republic and the Government of the Federative Republic of Brazil on consular cooperation, signed in Brasilia on 10 November 1997,

The Mechanism for Consular Cooperation between the countries of the Southern Common Market, Bolivia and Chile – Council of the Common Market decision No. 35/00,

Considering:

The importance of strengthening the bonds of friendship and cooperation that unite the peoples of Argentina and Brazil,

The size of the respective communities of compatriots living in different countries,

The importance of providing access, for the respective communities of compatriots living abroad, to policies and services that will enhance their self-development, strengthen links to their societies of origin and ensure the continuous improvement of their living conditions, social integration and labour-market access within host countries,

The considerable potential for improving consular policies, both in their traditional forms and with regard to the provision of consular services in their broadest sense, with the aim of ensuring the social welfare, from the standpoint of health, among other aspects, of our compatriots abroad,

The value of sharing experiences and providing support in areas of common interest, thereby optimizing available resources,

Have agreed as follows:

Article 1. Objectives

The objective of this Memorandum of Understanding is to establish mechanisms for consular cooperation and coordination between the Parties with a view to ensuring the welfare and advancement of their respective communities of compatriots abroad.

Article 2. Establishment of the Consular Working Group

To achieve the objectives set out in article 1, the Parties have decided to create a consular working group, made up of members of the consular affairs sections of their respective ministries of foreign affairs, to be coordinated by the Parties’ directors-general for consular affairs.

(a) Each ministry of foreign affairs will send to the other, through the diplomatic channel and within thirty days following the signing of this Memorandum, a list of the Consular Working Group members.

(b) Each Party shall be notified of any changes to the membership as soon as they occur.

(c) Members of the respective consular networks and representatives of any other governmental or civil society organizations that have a relevant role in the matters discussed by the Group may be invited to the meetings of the Working Group, subject to agreement between the Parties.

(d) The Group's discussions will be recorded in the form of minutes.

Article 3. Scope of action of the Consular Working Group

The Working Group will be responsible for:

(a) Promoting knowledge-sharing:

a 1. Exchanging information on the respective consular networks, including the geographical distribution and constituencies of each consular office, and exchanging good practices, including those related to computerized systems for the production of documents, routine procedures and programmes for establishing links with communities of compatriots residing abroad;

a 2. Exchanging information on the respective communities of compatriots abroad, including statistical data or estimates, geographical dispersion and the most significant challenges and difficulties they face;

a 3. Exchanging experiences on communication channels established between government agencies and communities of compatriots abroad, as well as consular services in their broadest sense, with the aim of ensuring the social welfare, from the standpoint of health, among other aspects, of our compatriots abroad, and of empowering those groups;

(b) Reviewing convergences and opportunities for joint action:

b 1. Identifying opportunities for cooperation in the area of traditional consular services, with a view to gradually deepening consular cooperation, using trial consular exercises undertaken in locations to be decided upon on the basis of criteria adopted by the Group;

b 2. Identifying opportunities for cooperation related to policies concerning the respective communities of compatriots abroad;

b 3. Identifying opportunities for coordinated and/or joint action to support Argentine and Brazilian communities in third States;

b.4. Establishing coordination mechanisms between Argentine and Brazilian consulates located in cities with residents of both nationalities, with a view to fostering exchanges of know-how;

b 5. Identifying joint training and capacity-building projects for civil servants;

(c) Establishing and implementing pilot exercises and, subsequently, programmes of work:

c 1. Implementing, on the basis of the preparatory work set out in (a) and (b), joint projects in third countries or in the territories of the Parties; in the latter case this may involve pairs of Argentine and Brazilian consulates located in cities of third countries that have residents of both nationalities;

c 2. Assessing the possibility of providing consular assistance in cities in which one of the Parties lacks consular representation, even if it does have diplomatic or consular representation in another city in the same country;

c 3. Establishing pilot projects for joint or unified consulates in cities in which this would be justified given the size of the compatriot communities, the volume of consular activities and the various activities undertaken, including in the economic, commercial, social, cultural and tourism fields.

Article 4. Financing of actions and projects

Following an assessment conducted by the consular affairs sections and relevant sections of the ministries of foreign affairs, the Parties will seek to prioritize the projects that do not require additional budgetary contributions and can be undertaken using the resources already available to them, including through their respective consular networks, community leaders, and partners already established in a third country. Exceptional cases requiring specific financial contributions will be evaluated on a case-by-case basis by the consular affairs sections and relevant sections of the respective ministries of foreign affairs.

Article 5. Responsible entities

The Ministry of Foreign Affairs and Worship of the Argentine Republic and the Ministry of Foreign Affairs of the Federative Republic of Brazil, through their consular affairs sections, will be responsible for implementing this Memorandum of Understanding.

Article 6. Working Group coordination meetings and channels

The members of the Working Group shall meet, in person and/or by video or audio conference, on a biannual or annual basis, in accordance with the schedule established by its members, with a view to meeting the objectives set out in article 3 above.

The Parties shall establish permanent mechanisms for direct communication between the consular affairs sections of the respective ministries of foreign affairs for the purpose of responding to cases that arise in the interval between meetings of the Working Group and require consideration and analysis by the respective consular services.

Article 7. Information security

Information arising under this Memorandum will be treated in accordance with the applicable domestic laws of each Party.

Article 8. Validity

This Memorandum of Understanding shall enter into force on the date of its signature.

This Memorandum of Understanding shall remain in effect indefinitely and may be terminated at any time by either Party by written notification addressed to the other Party through the diplomatic channel, with a notice period of six months.

Early termination of this Memorandum of Understanding shall not affect the completion of the cooperation activities formalized while it was in force.

SIGNED at Brasilia on 7 February 2017, in two original copies in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Argentine Republic:

[SIGNED]

For the Federative Republic of Brazil:

[SIGNED]

[TRANSLATION – TRADUCTION]

MÉMORANDUM D'ACCORD SUR LA COOPÉRATION CONSULAIRE ET LES POLITIQUES RELATIVES AUX COMMUNAUTÉS DE COMPATRIOTES À L'ÉTRANGER ENTRE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE ET LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL

La République argentine et la République fédérative du Brésil, ci-après dénommées « les Parties »,

Eu égard à :

Le Mémoire d'accord entre le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil sur la coopération consulaire, signé à Brasilia le 10 novembre 1997 ;

Le Mécanisme de coopération consulaire entre les pays du Marché commun du Sud, la Bolivie et le Chili (décision n° 35/00 du Conseil du Marché commun),

Considérant :

L'importance de renforcer les liens d'amitié et de coopération qui unissent les peuples d'Argentine et du Brésil ;

La taille des communautés respectives de compatriotes vivant dans différents pays ;

L'importance de donner accès, pour les communautés respectives de compatriotes vivant à l'étranger, à des politiques et à des services qui favoriseront leur autodéveloppement, renforceront les liens avec leurs sociétés d'origine et garantiront l'amélioration continue de leurs conditions de vie, de leur intégration sociale et de leur accès au marché du travail dans les pays d'accueil ;

Le potentiel considérable d'amélioration des politiques consulaires, tant dans leurs formes traditionnelles qu'en ce qui concerne la prestation de services consulaires au sens large, dans le but d'assurer le bien-être social, du point de vue de la santé, entre autres aspects, de nos compatriotes à l'étranger ;

L'intérêt d'une mise en commun des fruits des expériences et d'un appui mutuel dans des domaines d'intérêt commun afin d'optimiser les ressources disponibles ;

Sont convenus de ce qui suit :

Article 1. Objectifs

L'objectif du présent Mémoire d'accord est d'établir des mécanismes de coopération et de coordination consulaires entre les Parties en vue d'assurer le bien-être et le progrès de leurs communautés respectives de compatriotes à l'étranger.

Article 2. Création du Groupe de travail consulaire

Pour atteindre les objectifs énoncés à l'article 1, les Parties ont décidé de créer un groupe de travail consulaire, composé de membres des sections des affaires consulaires de leurs ministères des affaires étrangères respectifs, qui sera coordonné par les directeurs généraux des affaires consulaires des Parties.

- a) Chaque Ministère des affaires étrangères transmettra à l'autre, par la voie diplomatique et dans les trente jours suivant la signature du présent Mémoire, une liste des membres du Groupe de travail consulaire.
- b) Chaque Partie est informée de toute modification de son effectif sitôt qu'elle intervient.
- c) Les membres des réseaux consulaires respectifs et les représentants et représentantes de tout autre organisme gouvernemental ou de la société civile qui jouent un rôle pertinent dans les questions examinées par le groupe peuvent être invités aux réunions du Groupe de travail, sous réserve d'un accord entre les Parties.
- d) Les discussions du groupe seront enregistrées sous la forme d'un procès-verbal.

Article 3. Champ d'action du Groupe de travail consulaire

Le Groupe de travail sera chargé de :

- a) Favoriser le partage des connaissances :
 - a1. Échanger des informations sur les réseaux consulaires respectifs, y compris la répartition géographique et les circonscriptions de chaque bureau consulaire, et mettre en commun les bonnes pratiques, notamment celles liées aux systèmes informatisés pour la production de documents, aux procédures de routine et aux programmes visant à établir des liens avec les communautés de compatriotes résidant à l'étranger.
 - a2. Échanger des informations relatives aux communautés respectives de compatriotes à l'étranger, notamment des données statistiques ou des estimations, la dispersion géographique et les obstacles et difficultés les plus importants auxquels ils sont confrontés ;
 - a3. Mettre en commun les enseignements tirés de l'emploi des canaux de communication établis entre les organismes gouvernementaux et les communautés de compatriotes à l'étranger, ainsi que les services consulaires au sens large, dans le but d'assurer le bien-être social, du point de vue de la santé, entre autres, de nos compatriotes à l'étranger, et de responsabiliser ces groupes ;
- b) Examen des convergences et des possibilités d'action conjointe :
 - b1. Définir les possibilités de coopération dans le domaine des services consulaires traditionnels, en vue d'approfondir progressivement la coopération consulaire, à l'aide d'exercices consulaires expérimentaux réalisés dans des lieux à déterminer en fonction des critères adoptés par le Groupe ;
 - b2. Déterminer les possibilités de coopération en ce qui concerne les politiques visant les communautés respectives de compatriotes à l'étranger ;
 - b3. Déterminer les possibilités d'action coordonnée ou conjointe pour aider les communautés argentines et brésiliennes dans des États tiers ;
 - b. 4. Instituer des mécanismes de coordination entre les consulats argentins et brésiliens situés dans des villes où résident des personnes des deux nationalités, en vue de favoriser les échanges de connaissances techniques ;
 - b5. Définir des projets communs de formation et de renforcement des capacités des fonctionnaires ;
- c) Mettre en place et mettre en œuvre des exercices pilotes et, par la suite, des programmes de travail :
 - c1. Suite aux travaux préparatoires visés aux points a) et b), mettre en œuvre des projets communs dans des pays tiers ou sur les territoires des Parties ; dans ce dernier cas, il peut s'agir de paires de consulats argentins et brésiliens situés dans des villes de pays tiers qui comptent des résidents des deux nationalités ;

- c2. Évaluer la possibilité de fournir une assistance consulaire dans les villes où l'une des Parties n'a pas de représentation consulaire, même si elle a une représentation diplomatique ou consulaire dans une autre ville du même pays ;
- c3. Établir des projets pilotes en vue de l'institution de consulats conjoints ou unifiés dans les villes où cela se justifie compte tenu de l'importance des communautés de compatriotes, du volume des activités consulaires et des diverses activités entreprises, notamment dans les domaines économique, commercial, social, culturel et touristique.

Article 4. Financement d'actions et de projets

À la suite d'une évaluation menée par les sections des affaires consulaires et les sections concernées des ministères des affaires étrangères, les Parties s'efforceront de donner la priorité aux projets qui ne nécessitent pas de contributions budgétaires supplémentaires et qui peuvent être entrepris en utilisant les ressources dont elles disposent déjà, notamment par l'intermédiaire de leurs réseaux consulaires respectifs, des dirigeants et dirigeantes des communautés et des partenaires déjà établis dans un pays tiers. Les cas exceptionnels nécessitant des contributions financières spécifiques seront évalués au cas par cas par les sections des affaires consulaires et par les sections concernées des ministères des affaires étrangères respectifs.

Article 5. Entités responsables

Le Ministère des affaires étrangères et du culte de la République argentine et le Ministère des affaires étrangères de la République fédérative du Brésil, par l'intermédiaire de leurs sections des affaires consulaires, seront chargés de la mise en œuvre du présent Mémoire d'accord.

Article 6. Réunions et canaux de coordination du Groupe de travail

Les membres du Groupe de travail se réunissent, en personne, par vidéoconférence ou par audioconférence, tous les six mois ou une fois par an, conformément au calendrier établi par ses membres, en vue d'atteindre les objectifs énoncés à l'article 3 ci-dessus.

Les Parties établissent des mécanismes permanents de communication directe entre les sections des affaires consulaires des ministères des affaires étrangères respectifs afin de répondre aux cas qui se présentent dans l'intervalle des réunions du Groupe de travail et qui nécessitent un examen et une analyse par les services consulaires respectifs.

Article 7. Sécurité informatique

Les informations découlant du présent Mémoire d'accord seront traitées conformément aux lois nationales applicables de chaque Partie.

Article 8. Validité

Le présent Mémoire d'accord entre en vigueur à la date de sa signature.

Le présent Mémorandum d'accord reste en vigueur indéfiniment et peut être dénoncé par l'une ou l'autre des Parties par notification écrite adressée à tout moment à l'autre Partie, par la voie diplomatique, avec un préavis de six mois.

La résiliation anticipée du présent Mémorandum d'accord n'affecte pas l'achèvement des activités de coopération formalisées pendant qu'il était en vigueur.

SIGNÉ à Brasilia le 7 février 2017, en deux exemplaires originaux en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour la République argentine :

[SIGNÉ]

Pour la République fédérative du Brésil :

[SIGNÉ]